



SIMULADO

Nível Superior



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01- O candidato recebeu o seguinte material:

a) Este Caderno de Questões, com o enunciado das 60 (Sessenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, composto por:

Disciplina	Quantidade de Questões
Desafios do Estado de Direito: democracia e cidadania	10
Políticas Públicas	10
Ética e Integridade	10
Diversidade e Inclusão na Sociedade	10
Administração Pública Federal	10
Trabalho e Tecnologia	10

b) Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia da sua prova. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

1 - A partir de seu artigo 59 a Constituição Federal começa a dispor sobre as regras referentes ao processo legislativo. Dentre as espécies legislativas previstas, destaca-se a lei delegada, por constituir uma atividade atípica do Poder Executivo, qual seja, a elaboração de leis pelo Presidente da República. Embora o instituto tenha pouco uso prático, dentre as normas constitucionalmente estabelecidas temos que:

- a) A matéria referente à cidadania pode ser objeto de delegação, uma vez que não está reservada à lei complementar.
- b) A delegação ao Presidente da República terá a forma de decreto do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- c) Para elaborar uma lei delegada o Presidente da República deve solicitar a delegação ao Senado Federal.
- d) O projeto de lei delegada não carece de apreciação pelo Congresso Nacional, desde que elaborado no primeiro biênio do quadriênio do mandato do Presidente da República.
- e) Em certos casos o projeto de lei delegada deverá ser submetido à apreciação pelo Congresso Nacional. Sendo este o caso, a análise ocorrerá em votação única, vedada qualquer emenda.

Gabarito: E

Comentários: nos termos do artigo 68, § 1º, II, CF, a legislação sobre cidadania não pode ser objeto de delegação, razão pela qual a alternativa “a” está errada. A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução (não decreto) do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício, de modo que a letra “b” também está errada. Conforme previsto no caput do artigo 68 CF, a delegação deve ser solicitada ao Congresso Nacional, tornando a

alternativa “c” incorreta. A alternativa “d” está errada porque o artigo 68, § 3º, CF, dispõe que se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda. Por fim, a letra “e” está correta pelo mesmo fundamento da alternativa “d”.

2 - O parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição Federal sempre foi objeto de discussão doutrinária diante de sua previsão no sentido de que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Para alguns, a norma colide com diversos outros dispositivos da Constituição, que demandam certas medidas para concretização de direitos fundamentais. Nesse sentido, pode-se afirmar corretamente que:

- a) A norma prevista pelo artigo 5º, XII, CF, de que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, é um exemplo de norma que depende de complementação pelo legislador infraconstitucional para produção da totalidade dos seus efeitos, excepcionando a norma do parágrafo 1º.
- b) Os direitos sociais são exemplos de direitos que podem ser concretizados plenamente desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, jamais dependendo de qualquer atuação por parte do Estado.
- c) A norma contida no artigo 5º, XIII, CF, segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é um exemplo de norma que depende de complementação para a produção da totalidade dos seus efeitos, também excepcionando a previsão do artigo 5º, § 1º, CF.
- d) Não é possível entender que a previsão do parágrafo 1º do artigo 5º



CF é uma regra a qual comporta exceções expressamente previstas no próprio texto constitucional.

e) Todos os direitos fundamentais estão previstos em normas que têm condições de produzirem todos os seus efeitos desde a entrada em vigor da Constituição. O pensamento divergente levaria à crença de que a Constituição é apenas um conjunto de promessas vazias sem força normativa, ou um catálogo de sugestões que podem ser seguidas pelo legislador infraconstitucional.

Gabarito: A

Comentários: a alternativa “a” está correta porque a interceptação das comunicações telefônicas precisou ser regulamentada, o que ocorreu por intermédio da Lei nº 9.296/96. No tocante à alternativa “b”, ela está errada porque os direitos sociais normalmente estão previstos em normas que dependem de alguma atuação positiva por parte do Estado para que possam ser concretizadas na prática. A letra “c” está errada, pois a norma contida no artigo 5º, XIII, CF, tem condições de produzir todos os seus efeitos desde quando a Lei Maior foi promulgada; no entanto, por expressa autorização constitucional o legislador pode, através de lei, reduzir a abrangência de seus efeitos, o que não se confunde com a necessidade de complementação. No caso da letra “d”, ela está errada porque esta é uma forma de interpretar o artigo 5º, § 1º, CF, contando esse posicionamento com o apoio de diversos autores. Finalmente, a letra “e” está errada porque, de fato, nem todos os direitos fundamentais estão previstos em normas capazes de produzir a integralidade de seus efeitos, pois muitas delas dependem de complementação.

3 - Uma federação é marcada pela existência da descentralização do exercício do poder político, não havendo um núcleo de poder, mas sim a pulverização do poder entre os entes federados. Em outras palavras, uma federação é a reunião, através de uma

Constituição, de entidades políticas autônomas unidas por um vínculo indissolúvel. Entre os entes federados não existe subordinação, mas sim autonomia.

Há diversas classificações da federação, sendo correto afirmar que:

a) Uma federação centrípeta é centralizadora, pois o maior volume de atribuições está concentrado no centro, isto é, no plano federal. Não é o caso do Brasil.

b) Uma federação dual ou clássica é caracterizada pela repartição de atribuições isoladas entre os entes federados, cada um com suas competências próprias, cujo exercício se dará de maneira a não haver comunicação com os demais entes, de forma independente. É o caso do Brasil atualmente.

c) O Brasil é uma federação por segregação ou imperfeita, pois surgiu a partir do desfazimento de um Estado Unitário, estando o exercício do poder político pulverizado, o que acaba produzindo uma descentralização política.

d) O federalismo de segundo grau, também conhecido como federalismo bidimensional, é caracterizado pela existência de uma ordem jurídica central (primeiro grau) e ordens jurídicas regionais (segundo grau), tendo sido criado pelos EUA, mas sem aplicação prática nos dias atuais.

e) A federação centrífuga é marcada pela descentralização, onde as competências são mais volumosas entre as entidades regionais do que no plano central. É o caso do Brasil.

Gabarito: C

Comentários: a alternativa “a” está errada porque o Brasil é exemplo de federação centrípeta. A letra “b” está errada, pois atualmente o Brasil não é uma federação dual, embora o tenha sido em 1891 quando foi adotada a forma federada de Estado. A alternativa “c” está certa, pois o Brasil é uma federação por segregação. A letra “d” está incorreta, uma vez a maioria dos

países atualmente adota esse tipo de federalismo. O Brasil é classificado como uma federação centrípeta, razão pela qual a letra “e” está errada.

4 - Armando foi eleito Presidente da República, mas durante seu mandato praticou alguns crimes de responsabilidade. Tendo por base as normas constitucionais que disciplinam o processo e o julgamento do Chefe do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República será julgado pelo Senado Federal, independentemente de admissão pela Câmara dos Deputados.
- b) O Presidente da República será julgado pelo Senado Federal, desde que a acusação contra ele tenha sido admitida por dois terços da Câmara dos Deputados.
- c) O julgamento do Presidente da República se dará perante o Supremo Tribunal Federal, após admissão da acusação por dois terços da Câmara dos Deputados.
- d) Durante o julgamento, o Presidente da República somente será suspenso de suas funções se o Senado Federal receber a denúncia contra ele.
- e) O afastamento do Presidente se encerrará caso o julgamento não tenha sido concluído em até cento e oitenta dias, o que implicará extinção do processo.

Gabarito: B

Comentários: o Presidente da República será julgado por crime de responsabilidade pelo Senado Federal, desde que a acusação tenha sido admitida por 2/3 da Câmara dos Deputados (art. 86 CF). Logo, a letra “a” está errada. Pelo mesmo fundamento, a alternativa “b” está correta. A letra “c” está errada porque o Presidente somente será julgado pelo STF nos casos de infrações penais comuns, desde que a acusação tenha sido admitida por 2/3 da Câmara dos Deputados. Nos casos envolvendo

crime de responsabilidade, o Presidente ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal (art. 86, § 1º, CF), tornando a letra “d” errada. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo, nos termos do artigo 86, § 2º, CF, tornando a letra “e” incorreta.

5 - O Brasil adota o modelo da democracia participativa no qual todo poder emana do povo, mas este pode exercê-lo por meio de seus representantes eleitos ou de forma direta através de instrumentos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular para projetos de lei. Infelizmente, estes instrumentos não costumam ser utilizados com frequência na prática, em que pese sejam essenciais para permitir que o povo participe de forma efetiva das decisões políticas sobre o futuro do país.

Sabendo que plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, assinale a alternativa que não condiz com o regramento vigente:

- a) O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
- b) O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
- c) O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios, será convocado pela Assembleia Legislativa, de conformidade com a legislação federal e estadual.
- d) A competência para autorizar referendo e convocar plebiscito é exclusiva do Congresso Nacional, materializada por meio de resolução.
- e) Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa

não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Gabarito: D

Comentários: a alternativa “a” está correta, conforme artigo 2º, § 1º, da Lei nº 9.709/98. Já a letra “b” também está certa, pois corresponde ao artigo 2º, § 2º, da Lei nº 9.709/98. A alternativa “c” está correta, conforme o artigo 5º da Lei nº 9.709/98. Por sua vez, a alternativa “d” está errada, pois a competência para autorizar referendo e convocar plebiscito é exclusiva do Congresso Nacional, materializada por meio de decreto legislativo (art. 49, XV, CF). Finalmente, a letra “e” está correta, segundo o artigo 9º da Lei nº 9.709/98.

6 - O Congresso Nacional editou a Lei nº X, a qual reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas. De acordo com a atual jurisprudência do STF acerca das chamadas ações afirmativas, é correto afirmar que:

a) A norma é constitucional, já tendo o Supremo Tribunal Federal decidido que é legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

b) A norma é constitucional, mas o STF não admite a utilização do critério da autodeclaração porque ele é contrário ao princípio da ampla defesa.

c) O princípio da igualdade determina que haja a neutralização de injustiças históricas, econômicas e sociais e que haja um maior respeito à diferença. Por este fundamento, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a norma é inconstitucional.

d) Embora a norma seja considerada constitucional pelo STF, o critério da heteroidentificação foi considerado como inconstitucional porque viola diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana.

e) A Lei nº X deve ser considerada como inconstitucional à luz da jurisprudência do STF por ofensa ao princípio do concurso público, bem como ao princípio da eficiência.

Gabarito: A

Comentários: a alternativa “a” está correta, pois corresponde à tese fixada pelo STF no julgamento da ADC 41/DF:

É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa. STF. Plenário. ADC 41/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 8/6/2017 (repercussão geral) (Info 868).

A letra “b” está errada, conforme a tese mencionada na alternativa “a”.

A letra “c” está errada porque o fato de o princípio da igualdade determinar que haja a neutralização de injustiças históricas, econômicas e sociais e que haja um maior respeito à diferença fundamenta a constitucionalidade da Lei nº X.

A alternativa “d” está errada porque contraria a tese fixada no julgamento da ADC 41/DF.

Por fim, a letra “e” está errada porque a norma é constitucional, não havendo afronta aos referidos princípios.

7 - Nos termos da Constituição Federal, o número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Com base nessa informação, suponha que determinado Estado eleja 68 Deputados Federais. Desse modo, a Assembleia Legislativa deste Estado será composta por:

- a) 70 Deputados Estaduais.
- b) 54 Deputados Estaduais.
- c) 92 Deputados Estaduais.
- d) 35 Deputados Estaduais.
- e) 11 Deputados Estaduais.

Gabarito: C

Comentários: para solucionar a questão, podemos utilizar a seguinte fórmula: $y = x + 24$. Y será o número de Deputados Estaduais e X será o número de Deputados Federais (quando for acima de 12). Portanto, o X da equação será 68. Para descobrir quantos Deputados Estaduais terá a sua Assembleia Legislativa basta somar 68 com 24, totalizando 92 Deputados Estaduais. Portanto, o gabarito correto é a letra “c”, tornando todas as demais alternativas incorretas.

8 - Assinale a alternativa que não corresponde a um direito dos trabalhadores urbanos e rurais constitucionalmente assegurado:

- a) Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

- b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

- c) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

- d) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

- e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas.

Gabarito: B

Comentários: a letra “a” está errada porque corresponde à previsão do artigo 7º, IV, CF. A alternativa “b” está certa porque o artigo 7º, XI, CF, prevê a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei. A letra “c” está errada, pois está de acordo com o inciso I do artigo 7º CF. A letra “d” está errada, pois está de acordo com o artigo 7º, XIII, CF. Por fim, a letra “e” está errada porque corresponde à previsão do artigo 7º, XXV, CF.

9 - Lourdes recebeu o diagnóstico de câncer de mama ao realizar seus exames de rotina. Ao se consultar com o médico oncologista, Lourdes recebeu a prescrição de fosfoetanolamina sintética, mais conhecida como “pílula do câncer”. Ocorre que este medicamento é classificado como experimental, ou seja, não possui comprovação científica quanto a sua eficácia e segurança por ainda estar em fase de pesquisa e testes. Diante do alto custo do remédio, Lourdes resolveu ingressar com ação judicial para obrigar

o Estado a fornecer-lhe o medicamento. Diante desse cenário, pode-se afirmar que:

- a) O Estado é obrigado a fornecer o remédio para Lourdes diante do princípio da dignidade da pessoa humana, somado à previsão constitucional quanto ao direito fundamental à saúde.
- b) O Estado é obrigado a fornecer o medicamento a Lourdes apenas se ficar comprovado que os demais tratamentos convencionais não surtiram efeitos no combate à doença, dependendo, para tanto, de laudo assinado por equipe médica composta, no mínimo, por três oncologistas.
- c) O Estado não pode ser obrigado a fornecer o medicamento a Lourdes porque não há pedido de registro no Brasil e nem registro em renomadas agências de regulação no exterior, requisitos estes exigidos pelo Supremo Tribunal Federal para que seja possível o fornecimento.
- d) O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais, não havendo exceções.
- e) O Estado não pode ser obrigado a fornecer o medicamento em questão porque há substituto terapêutico com registro no Brasil.

Gabarito: D

Comentários: o Estado não pode ser obrigado a fornecer o medicamento em questão porque ele é considerado experimental. Assim, no julgamento pelo STF do RE 657718/MG, ficou decidido que:

O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. STF. Plenário. RE 657718/MG, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, julgado em 22/5/2019 (repercussão geral) (Info 941).

Consequentemente, as alternativas “a” e “b” estão erradas, pois não há qualquer hipótese em que o Estado possa ser obrigado a fornecer

medicamentos experimentais. A alternativa “c” também está errada porque o medicamento experimental ainda está em fase de testes, de modo que nem seria possível o pedido de registro. A letra “d” está certa, pois corresponde à decisão do STF noticiada no Informativo 941. A alternativa “e” está errada, uma vez que o Estado nunca pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.

10 - O Decreto nº 678/1992 foi responsável pela promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica. Dentre suas disposições consta que ninguém será detido por dívida. Ocorre que a Constituição Federal em seu artigo 5º, LXVII, admite expressamente a prisão civil do devedor de alimentos, bem como do depositário infiel. De acordo com a estrutura hierárquica dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos e a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a prisão civil do depositário infiel somente poderá ser admitida nos casos envolvendo o depósito necessário por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque.
- b) Em virtude da supremacia da Constituição, o Supremo Tribunal Federal determinou que não são aplicáveis no Brasil as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que versem sobre a prisão civil por dívida.
- c) Para privilegiar as normas protetivas dos Direitos Humanos, o Supremo Tribunal Federal entendeu que houve a total revogação do artigo 5º, LXVII, CF, passando a ser proibida toda e qualquer prisão civil no Brasil.
- d) Visando compatibilizar as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal determinou que a prisão civil do depositário infiel somente

será admitida pelo prazo máximo de 6 meses.

e) A prisão civil do depositário infiel não é admitida no Brasil, qualquer que seja a modalidade de depósito, mas ainda persiste a hipótese da prisão do devedor de alimentos.

Gabarito: E

Comentários: a alternativa “a” está errada porque atualmente não se admite em nenhum caso a prisão civil do depositário infiel, constando este entendimento na Súmula Vinculante nº 25. Já a letra “b” está errada porque a norma da Convenção Americana que proíbe a prisão civil por dívida é aplicada no Brasil nos casos envolvendo o depositário infiel. No caso da letra “c”, ela está errada porque mesmo sendo proibida a prisão civil do depositário infiel, continua permitida a prisão civil do devedor de alimentos. A letra “d” está errada porque a prisão civil do depositário infiel não é permitida, seja qual for o prazo. Por fim, a letra “e” está certa, pois reflete o entendimento consolidado na **Súmula Vinculante nº 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.**

POLÍTICAS PÚBLICAS

11 - O Município Alfa aprovou um Plano Municipal de Saúde que previa a construção de duas unidades básicas até 2026. Entretanto, passados três anos, nenhuma obra havia sido iniciada. Um grupo de moradores ingressa com ação judicial para obrigar o município a implementar os serviços.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A judicialização é possível, pois o Poder Judiciário pode atuar para assegurar direitos fundamentais diante da omissão estatal.
- b) A judicialização é vedada, pois o Judiciário não pode interferir em políticas públicas, respeitando a separação dos Poderes.

c) A intervenção judicial só poderia ocorrer caso houvesse previsão expressa no Plano Plurianual Federal.

d) A atuação do Judiciário depende de autorização prévia do Ministério Público.

e) A judicialização só é possível quando a União for a responsável direta pela política pública.

Gabarito: A

Comentários:

A) Correta → O STF entende que o Judiciário pode intervir para garantir direitos fundamentais quando o Poder Público é omissivo, especialmente em áreas como saúde e educação.

B) Incorreta → A separação dos Poderes não é absoluta; o Judiciário atua quando há omissão ou violação de direitos.

C) Incorreta → Não há necessidade de previsão no PPA federal, inclusive por se tratar de política municipal.

D) Incorreta → A atuação judicial não depende de autorização do MP; embora ele possa atuar como fiscal da lei, não é requisito.

E) Incorreta → A judicialização é possível em qualquer esfera federativa, não apenas na União.

12 - O Governo Estadual de Beta lançou um programa de capacitação de professores. Após um ano, verificou-se que apenas 20% dos docentes foram contemplados. Uma equipe técnica foi acionada para identificar falhas, avaliar resultados e propor ajustes.

Com base no ciclo de políticas públicas, essa etapa corresponde a:

- a) Formulação, pois envolve criação de alternativas para solucionar problemas.
- b) Avaliação, pois busca mensurar desempenho e impactos do programa.
- c) Agenda governamental, pois define prioridades para as próximas etapas.
- d) Implementação, pois refere-se à execução direta do programa.
- e) Deliberação, pois decide sobre encerramento ou continuidade do projeto.

Gabarito: B

Comentários:

A) Incorreta → A formulação ocorre antes da execução, não na fase de ajustes.

B) Correta → A avaliação verifica eficácia, eficiência e efetividade das políticas, propondo correções.

C) Incorreta → A definição da agenda ocorre no início do ciclo, não após implementação parcial.

D) Incorreta → Implementar é executar, não avaliar.

E) Incorreta → A deliberação final pode vir depois da avaliação, mas não é o foco descrito no caso.

13 - Durante a pandemia, o Governo Federal editou norma obrigando estabelecimentos comerciais a fornecer álcool em gel e manter distanciamento mínimo. Simultaneamente, criou programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza. Com base na tipologia de Theodore Lowi, é correto afirmar que:

a) A obrigatoriedade de medidas sanitárias caracteriza política distributiva.

b) A transferência de renda configura política regulatória.

c) A exigência de distanciamento social caracteriza política regulatória.

d) Ambas as políticas são constitutivas, pois criam órgãos para execução dos programas.

e) Nenhuma das ações pode ser classificada pela tipologia de Lowi, pois envolvem situação de crise.

Gabarito: C

Comentários:

A) Incorreta → Políticas distributivas concedem benefícios específicos, não imposições gerais.

B) Incorreta → Programas de transferência de renda têm natureza redistributiva, não regulatória.

C) Correta → Obrigações sanitárias são políticas regulatórias, pois impõem regras e limites ao comportamento dos agentes econômicos.

D) Incorreta → Constitutivas tratam de instituições, e não da execução de medidas pontuais.

E) Incorreta → A tipologia aplica-se independentemente de contextos de crise.

14 - O SUS e o SUAS são exemplos de sistemas nacionais de políticas públicas com forte atuação descentralizada. Considerando o federalismo brasileiro, analise:

a) O federalismo brasileiro adota modelo cooperativo, permitindo ações conjuntas entre União, Estados e Municípios.

b) A descentralização significa transferência total de recursos e competências aos entes subnacionais.

c) A União não possui função normativa em sistemas de políticas públicas descentralizadas.

d) Municípios são proibidos de executar políticas públicas financiadas por programas federais.

e) Sistemas nacionais, como SUS e SUAS, eliminam a autonomia federativa dos entes.

Gabarito: A

Comentários:

A) Correta → O federalismo brasileiro é cooperativo, com competências compartilhadas.

B) Incorreta → Descentralizar não é transferir 100% de competências e recursos; há repartição.

C) Incorreta → A União exerce papel normativo, coordenador e financiador.

D) Incorreta → Municípios participam ativamente da execução, inclusive com recursos federais.

E) Incorreta → Os sistemas nacionais harmonizam, não eliminando a autonomia federativa.

15 - Um programa de erradicação da fome utiliza taxas de desnutrição infantil e percentuais de famílias atendidas como base para redirecionar recursos. Isso demonstra que:

a) Indicadores quantitativos e qualitativos são pouco relevantes na definição de estratégias públicas.

- b) A utilização de dados serve para apoiar decisões baseadas em evidências especialmente subjetivas.
- c) Indicadores permitem monitorar resultados, avaliar impactos e embasar decisões.
- d) Dados quantitativos substituem análises qualitativas, o que demonstra o descabimento de abordagens integradas.
- e) A formulação de políticas públicas independe de coleta e análise de informações objetivas.

Gabarito: C

Comentários:

- A) **Incorreta** → Indicadores são fundamentais para avaliação de políticas.
- B) **Incorreta** → Eles produzem evidências objetivas, não meramente subjetivas.
- C) **Correta** → O uso de indicadores possibilita monitoramento, avaliação e ajuste de políticas.
- D) **Incorreta** → Dados quantitativos complementam análises qualitativas, não as substituem.
- E) **Incorreta** → A formulação baseada em evidências exige dados confiáveis.

16 - A prefeitura de Delta implementou um programa de combate à violência escolar que envolve educação, segurança pública e assistência social, com participação de diferentes secretarias.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de política intersetorial, pois articula diferentes áreas para enfrentar um problema complexo.
- b) A intersetorialidade exige atuação isolada de cada setor para evitar conflitos institucionais.
- c) A transversalidade limita-se ao compartilhamento de orçamento entre órgãos do mesmo setor.
- d) A intersetorialidade reduz a necessidade de participação social no acompanhamento das políticas.
- e) A transversalidade impede a formulação de políticas universais, aplicando-se apenas a programas focalizados.

Gabarito: A

Comentários:

- A) **Correta** → A intersetorialidade integra diferentes setores e compartilha responsabilidades.
- B) **Incorreta** → O conceito pressupõe cooperação, não isolamento.
- C) **Incorreta** → Transversalidade não se restringe a orçamento, mas à integração temática e estrutural.
- D) **Incorreta** → Pelo contrário, aumenta a necessidade de participação social.
- E) **Incorreta** → Transversalidade pode ocorrer tanto em políticas universais como nas focalizadas.

17 - O Governo Federal lançou dois programas distintos: o primeiro amplia o acesso à saúde básica para toda a população; o segundo destina recursos a famílias com renda inferior a meio salário mínimo.

Assinale a alternativa correta:

- a) O primeiro programa é focalizado, pois beneficia toda a sociedade.
- b) O segundo programa é universal, pois atende grupos vulneráveis.
- c) Ambos são exemplos de políticas universais, já que visam reduzir desigualdades.
- d) O primeiro é universal, e o segundo, focalizado.
- e) A CF/88 adota exclusivamente políticas focalizadas, vedando ações universais.

Gabarito: D

Comentários:

- A) **Incorreta** → Políticas focalizadas atendem grupos específicos, não toda a população.
- B) **Incorreta** → O programa voltado a grupos vulneráveis é focalizado, não universal.
- C) **Incorreta** → Apenas o primeiro é universal.
- D) **Correta** → Saúde básica → universal; transferência de renda → focalizada.
- E) **Incorreta** → A CF/88 combina políticas universais e focalizadas.

18 - Analise as assertivas a seguir e, na sequência, assinale a alternativa correta:



I. A transformação digital amplia a eficiência estatal, mas exige inclusão digital para evitar desigualdades.

II. A interoperabilidade de dados e a participação social são elementos-chave para o governo digital.

III. O uso de tecnologias disruptivas não exige maiores preocupações com ética e proteção de dados pessoais.

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Gabarito: B

Comentários:

I) Correta → A transformação digital aumenta a eficiência, mas realmente exige inclusão social.

II) Correta → Participação social e integração tecnológica são essenciais.

III) Incorreta → Deve-se respeitar igualmente normas éticas e a LGPD.

19 - Analise as assertivas a seguir e, na sequência, assinale a alternativa correta:

I. O STF admite intervenção judicial quando há omissão estatal na efetivação de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

II. O fenômeno da judicialização ocorre apenas quando o Ministério Público propõe a ação.

III. A separação de Poderes impede a intervenção judicial sobre políticas públicas.

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Gabarito: A

Comentários:

I) Correta → O STF permite atuação judicial quando comprovada omissão.

II) Incorreta → Ação pode ser proposta por cidadãos, Defensoria Pública, associações etc.

III) Incorreta → A separação dos Poderes não impede controle judicial.

20 - Analise as assertivas a seguir e, na sequência, assinale a alternativa correta:

I. Decisões públicas envolvem pressões sociais, grupos de interesse e evidências científicas.

II. A teoria da escolha racional considera que os atores maximizam resultados de forma idealizada.

III. O modelo incrementalista evita rupturas radicais.

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Gabarito: C

Comentários:

I) Correta → Pressões sociais e interesses influenciam decisões.

II) Incorreta → A racionalidade plena é teórica; na prática, há racionalidade limitada, vez que os indivíduos tomam decisões baseadas em uma avaliação consciente de custos e benefícios, buscando maximizar seus próprios interesses e resultados.

III) Correta → O incrementalismo de Lindblom foca pequenas mudanças graduais.

ÉTICA E INTEGRIDADE

21 - Gregório, gestor público, foi convidado por uma empresa interessada em contrato com a Administração a participar de um congresso no exterior, com todas as despesas pagas. A justificativa da empresa era de que “seria uma oportunidade de aprendizado mútuo”. Nesse caso, do ponto de vista da ética pública, a atitude correta de Carlos seria:

- a) Aceitar o convite, pois a experiência beneficiaria também a Administração.
- b) Recusar o convite, para evitar suspeitas de favorecimento indevido.
- c) Aceitar, desde que declare à Controladoria-Geral da União.

- d) Aceitar, mas custear apenas parte das despesas.
e) Aceitar, desde que o contrato ainda não esteja formalizado.

Gabarito comentado:

ITEM A – Incorreta, pois ainda que beneficie a Administração, o risco de conflito permanece.

ITEM B – Correta, pois o aceite de viagem custeado por particular interessado viola o princípio da impessoalidade (CF/88, art. 37, caput) e configura situação típica de conflito de interesses. Também afronta o dever de lealdade e integridade.

ITEM C – Incorreta. A declaração não legitima o ato.

ITEM D – Incorreta. Custear parte não elimina o conflito.

ITEM E – Incorreta, pois não importa a fase do contrato.

Gabarito: letra “b”

22 - Marta, servidora de um órgão regulador, utilizou informações privilegiadas sobre uma futura alteração normativa para orientar seu irmão a investir em determinada empresa antes da publicação oficial da norma.

De acordo com os princípios da ética e da integridade:

- a) A conduta é aceitável, pois Marta não obteve ganho pessoal direto.
b) A conduta é antiética, pois viola o dever de sigilo e caracteriza uso indevido de informação privilegiada.
c) A conduta é lícita, pois o parente não integra a Administração.
d) A conduta é irrelevante, já que a norma seria publicada de qualquer forma.
e) A conduta é permitida, desde que não cause prejuízo ao erário.

Gabarito comentado:

ITEM A - Errado: ganho indireto também é vedado.

ITEM B – correto. Utilizar informação privilegiada em benefício próprio ou de terceiros é prática antiética e vedada. O aceite de viagem custeada por particular interessado viola o princípio da impessoalidade e configura situação

típica de conflito de interesses, além de afrontar o dever de lealdade e integridade previsto no Dec. 1.171/94.

ITEM C – Errado, pois familiares também não podem ser beneficiados.

ITEM D – Errado, pois a irrelevância da publicação não elimina a infração.

ITEM E – Errado: não depende de prejuízo ao erário.

Gabarito: letra “b”

23 - Durante uma reunião pública, um vereador utilizou o tempo de fala para elogiar uma empresa que patrocinava suas campanhas eleitorais, incentivando que os cidadãos contratassem seus serviços.

Do ponto de vista da ética pública, a conduta do vereador:

- a) É compatível, pois não houve prejuízo ao erário.
b) É aceitável, desde que não haja cobrança direta da empresa.
c) É permitida, já que o vereador está amparado pela liberdade de expressão.
d) Não apresenta relevância ética, pois é comum em campanhas políticas.
e) Viola o princípio da impessoalidade, ao transformar espaço público em promoção privada.

Gabarito comentado:

ITEM A - Errado: ausência de prejuízo não justifica.

ITEM B – Errado: mesmo sem cobrança, é antiético.

ITEM C – Errado: a liberdade de expressão não é absoluta.

ITEM D – Errado: a ética pública não se relativiza.

ITEM E - Utilizar espaço público para promover empresa privada viola impessoalidade e moralidade. Trata-se de típico conflito de interesses, vedado pela Lei 12.813/2013. Além disso, a conduta viola os princípios da impessoalidade e moralidade (CF, art. 37) e o dever de lealdade (Dec. 1.171/94).

Gabarito: letra “e”

24 - Maria, servidora pública, ao receber um pedido de informação de cidadão via Lei de Acesso à Informação (Lei nº

12.527/2011), decidiu não responder, alegando que isso “daria muito trabalho” e que não havia punição para a omissão.

Essa conduta:

- a) É antiética e ilegal, pois viola o dever de transparência e publicidade.
- b) É compatível, pois o servidor tem discricionariedade para responder pedidos.
- c) É aceitável, desde que o pedido não tenha relevância pública.
- d) É lícita, pois apenas a chefia deve decidir sobre o fornecimento da informação.
- e) É válida, pois não houve prejuízo financeiro à Administração.

Gabarito comentado:

ITEM A – Correto. De fato, o direito de acesso à informação é direito fundamental assegurado pela CF/88, art. 5º, XXXIII e Lei 12.527/2011. Dessa forma, o servidor não pode recusar informação sem fundamento legal. A omissão viola também os princípios da publicidade e transparência.

ITEM B - Errado: não há discricionariedade.

ITEM C - Errado: a relevância não é critério do servidor.

ITEM D - Errado: todos os responsáveis devem cumprir a lei.

ITEM E - Errado: não depende de prejuízo financeiro.

Gabarito: letra “a”

25 - Um prefeito determinou que recursos públicos fossem destinados para reformar a escola onde seu filho estudava, alegando “ser prioridade para a comunidade”. Contudo, havia escolas em situação mais precária no mesmo município.

Sob a ótica da ética administrativa:

- a) O ato é compatível, pois beneficia a coletividade escolar.
- b) O ato é legítimo, pois não houve enriquecimento ilícito pessoal.
- c) O ato é permitido, desde que aprovado pela Câmara de Vereadores.

d) O ato é antiético, por violar impessoalidade e igualdade na destinação de recursos.

e) O ato é irrelevante, já que os recursos foram aplicados em educação.

Gabarito comentado:

ITEM A – Errado: ainda que beneficie parte da coletividade, há favorecimento pessoal.

ITEM B - Errado: não exige enriquecimento ilícito.

ITEM C - Errado: aprovação legislativa não legitima ato antiético.

ITEM D – A conduta afronta o princípio da impessoalidade e pode configurar improbidade por violação aos princípios da Administração (Lei 8.429). O gestor tem o dever de alocar recursos de forma isonômica, observando a finalidade pública, sob pena de desvio ético e jurídico.

ITEM E - Errado: aplicação em educação não afasta vício ético.

Gabarito: letra “d”

26 - Um servidor público federal, ao tomar posse em cargo efetivo, compromete-se a cumprir os princípios constitucionais que regem a Administração. Em caso de desrespeito ao princípio da impessoalidade, qual das condutas abaixo melhor caracteriza sua violação?

- a) Nomear servidor aprovado em concurso público.
- b) Conceder benefícios a determinada pessoa em razão de amizade.
- c) Exigir licitação para a compra de bens e serviços.
- d) Aplicar penalidade disciplinar a subordinado em decorrência de infração comprovada.
- e) Publicar ato administrativo de forma clara e acessível no Diário Oficial.

Gabarito comentado:

ITEM A – Incorreto. Nomeação de servidor aprovado em concurso atende ao princípio da legalidade (CF/88, art. 37, II).

ITEM B – Correto. Favorecimento pessoal fere o princípio da impessoalidade (CF/88, art. 37, caput).

ITEM C – Incorreto. A exigência de licitação é expressão do princípio da legalidade e moralidade (CF/88, art. 37, XXI; Lei nº 14.133/2021).

ITEM D - A aplicação de penalidade fundamentada reforça a legalidade e a moralidade.

ITEM E - A publicidade do ato garante transparência (CF/88, art. 37, caput).

Gabarito: letra “b”

27 - Ted descobre irregularidade cometida por um colega, Barney, e decide não informar à autoridade competente. À luz do Decreto 1.171/94, a conduta configura:

- a) Cumprimento do dever de solidariedade.
- b) Exercício do princípio da eficiência.
- c) Violação ética por omissão.
- d) Garantia de lealdade funcional.
- e) Situação irrelevante, pois não houve participação ativa.

Gabarito comentado:

ITEM A – Incorreto: não há dever de solidariedade para acobertar ilícitos.

ITEM B – Incorreto: nada tem a ver com eficiência.

ITEM C – Correto: omissão diante de irregularidade é infração ética. Conforme o Decreto 1.171/94, é dever fundamental do servidor público “comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis” (XIV, “m”).

ITEM D – Incorreto: Lealdade funcional exige zelo e correção, não encobrimento.

ITEM E – Incorreto: a omissão é relevante e reprovável.

Gabarito: letra “c”

28 - O aumento da participação de entidades privadas na execução de atividades típicas do Estado torna indispensável o fortalecimento de mecanismos de integridade voltados à prevenção da corrupção nas relações entre o setor público e o setor privado.

No âmbito da prestação de serviços públicos por meio de parcerias com particulares, assinale a alternativa que apresenta a estratégia correta de integridade.

a) A simples fiscalização formal dos contratos administrativos é suficiente para eliminar, de forma plena, os riscos de práticas corruptas nas parcerias público-privadas.

b) A descentralização dos serviços públicos afasta a necessidade de mecanismos de integridade, já que reduz a presença direta do Estado na execução das atividades.

c) A ampliação do papel do setor privado na gestão de serviços públicos implica menor risco de corrupção, pois a responsabilidade pela integridade passa a ser integralmente do ente privado.

d) A corrupção, por atingir apenas os agentes envolvidos, possui efeitos restritos ao campo econômico, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados à coletividade.

e) A implementação de normas específicas de integridade, a prevenção de conflitos de interesse e o uso de tecnologias voltadas à transparência configuram medidas indispensáveis para reduzir riscos em ambientes de interação público-privada.

Gabarito comentado:

ITEM A – Incorreto. A fiscalização formal dos contratos, embora relevante, não é suficiente para eliminar riscos de corrupção. O sistema de integridade demanda instrumentos complementares, como códigos de ética, auditorias independentes, programas de treinamento e mecanismos de responsabilização.

ITEM B – Incorreto. A descentralização da execução de serviços públicos não afasta a necessidade de integridade. Pelo contrário, a multiplicação de atores envolvidos torna a governança mais complexa e exige controles ainda mais rigorosos para evitar desvios.

ITEM C – Incorreto. A transferência da execução para entes privados não significa exclusão da responsabilidade

estatal. O poder público mantém a obrigação de regular, fiscalizar e assegurar que o interesse coletivo seja protegido. A omissão nesse dever pode potencializar os riscos de corrupção.

ITEM D – Incorreto. A corrupção não possui impacto restrito às partes envolvidas. Seus efeitos negativos se irradiam sobre a economia, a eficiência administrativa, a qualidade dos serviços públicos e a confiança da sociedade nas instituições.

ITEM E – Correto, pois destaca a adoção de regras específicas de integridade, mecanismos de prevenção de conflitos de interesse e utilização de tecnologias voltadas à transparência. Essas medidas estão em consonância com as boas práticas internacionais de governança e compliance, sendo reconhecidas como indispensáveis para reduzir riscos de corrupção na interface público-privada. O emprego de recursos tecnológicos, como plataformas digitais de transparência, sistemas eletrônicos de auditoria e bancos de dados de acesso público, fortalece o controle social e institucional, ampliando a efetividade do sistema de integridade.

Gabarito: letra “e”

29 - Mévio, gestor de um órgão público é responsável pela alocação de recursos destinados a projetos internos de sua equipe. Contudo, opta por privilegiar iniciativas propostas por colegas próximos, que regularmente o auxiliam em questões de natureza pessoal. À luz da ética profissional, a conduta descrita caracteriza violação ao princípio da:

- a) impessoalidade
- b) eficiência
- c) legalidade
- d) cortesia
- e) publicidade

Gabarito comentado:

ITEM A – Correto. O princípio violado na situação apresentada é o da impessoalidade. Previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, esse princípio assegura que a atuação do administrador público deve estar

direcionada ao interesse coletivo, pautando-se em critérios objetivos e imparciais. Dessa forma, é vedado qualquer favorecimento pessoal ou tratamento privilegiado. No caso narrado, Mévio utiliza sua posição para beneficiar colegas próximos em razão de vantagens pessoais recebidas, o que configura clara afronta ao princípio da impessoalidade, pois os critérios de decisão não estão relacionados ao mérito dos projetos ou às necessidades da coletividade.

ITEM B – Incorreto. O princípio da eficiência impõe que a Administração Pública busque sempre a melhor utilização dos recursos e a maximização dos resultados. Embora a conduta do gestor não seja eficiente, a questão não trata de produtividade ou otimização de recursos, mas de favorecimento pessoal.

ITEM C – Incorreto. O princípio da legalidade exige que todo ato da Administração esteja em conformidade com a lei. Ainda que a prática descrita seja antiética e possa vir a configurar ilícito, o enunciado não aponta descumprimento direto de norma legal, mas sim desrespeito a um princípio ético-constitucional.

ITEM D – Incorreto. Cortesia relaciona-se com o dever de urbanidade e respeito nas relações profissionais. A situação não trata de comportamento grosseiro ou desrespeitoso, mas de parcialidade na distribuição de recursos.

ITEM E – Incorreto. O princípio da publicidade determina a transparência e a ampla divulgação dos atos administrativos. O caso narrado não menciona ausência de publicidade dos atos, mas sim favorecimento baseado em vínculos pessoais, incompatível com a impessoalidade.

Gabarito: letra “a”

30 - Uma circunstância em que o interesse particular do agente público tem potencial para interferir indevidamente no exercício de sua função ou prejudicar a consecução do interesse coletivo caracteriza-se como:

- a) quebra de sigilo.

- b) violação da confidencialidade.
- c) violação da privacidade.
- d) conflito de interesses.
- e) desvio de função.

Gabarito comentado:

ITEM A – Incorreto. Quebra de sigilo é divulgação indevida de informações sigilosas, sem relação com a influência de interesses pessoais sobre a função pública.

ITEM B – Incorreto. A violação da confidencialidade, assim como a quebra de sigilo, envolve a divulgação não autorizada de dados, mas não caracteriza conflito de interesses.

ITEM C – Incorreto. Violação da privacidade diz respeito à exposição de informações pessoais de terceiros, sem vinculação com a imparcialidade do agente público.

ITEM D – Correto. De fato, no enunciado está descrita situação em que o interesse particular do agente público tem potencial para influenciar suas decisões no exercício da função, configurando conflito de interesses. Essa conduta compromete a imparcialidade necessária e enfraquece a primazia do interesse coletivo, que deve orientar a Administração Pública.

ITEM E – Incorreto. Desvio de função configura a atuação do servidor em atividade diversa daquela prevista em seu cargo, não envolvendo o choque entre interesse privado e interesse público.

Gabarito: letra “d”

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

31 - A discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual tem se tornado central no debate sobre diversidade e inclusão. Identidade de gênero é como a pessoa se reconhece e se percebe em relação ao gênero (homem, mulher, ambos, nenhum ou outro), está ligada à vivência interna, e não necessariamente ao sexo biológico atribuído no nascimento. Orientação sexual refere-se à atração afetiva,

emocional e/ou sexual que alguém sente por outras pessoas.

Nesse contexto, qual das alternativas reflete corretamente o conceito de identidade de gênero?

a) A identidade de gênero está diretamente ligada ao sexo biológico atribuído no nascimento, não admitindo variações culturais ou sociais.

b) A identidade de gênero corresponde unicamente à orientação sexual de uma pessoa, definindo quem ela sente atração afetivo-sexual.

c) A identidade de gênero é determinada pela genética e pela biologia, sendo imutável ao longo da vida.

d) A identidade de gênero é uma construção social, cultural e individual sobre como a pessoa se reconhece e se apresenta no mundo, podendo ou não coincidir com o sexo atribuído ao nascer.

e) A identidade de gênero depende exclusivamente de normas jurídicas que reconhecem a pessoa como pertencente a determinado gênero.

Gabarito 1) D - Identidade de gênero é uma construção social, cultural e individual.

Isso significa que não é apenas a biologia que define o gênero de uma pessoa.

Social: a forma como a sociedade enxerga papéis de gênero (por exemplo, o que é considerado “de homem” ou “de mulher”).

Cultural: cada cultura tem formas diferentes de entender o gênero (há culturas indígenas no Brasil, por exemplo, que reconhecem mais de dois gêneros).

Individual: é a experiência pessoal e íntima de cada pessoa em relação ao próprio gênero.

32 - O feminicídio está diretamente relacionado à cultura do machismo estrutural e da violência de gênero, que naturalizam o controle, a agressão e até a morte de mulheres. A Lei nº 13.104/2015 incluiu o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio

no Código Penal brasileiro. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O feminicídio ocorre sempre que uma mulher é vítima de homicídio, independentemente da motivação do crime.
- b) O feminicídio se caracteriza apenas quando o agressor é desconhecido da vítima.
- c) O feminicídio é considerado crime hediondo e está relacionado ao homicídio de mulheres em razão de sua condição de gênero, muitas vezes no contexto de violência doméstica e familiar.
- d) O feminicídio é aplicado apenas a crimes praticados em espaços públicos, nunca em âmbito doméstico.
- e) O feminicídio é um tipo penal aplicado exclusivamente a agressões psicológicas, sem relação com a morte da vítima.

2) C - O feminicídio é o assassinato de mulheres motivado pelo fato de elas serem mulheres, frequentemente ligado à violência doméstica, e é tratado como um crime gravíssimo pela lei brasileira.

33 - O etarismo ou ageísmo é a discriminação baseada na idade, geralmente contra pessoas idosas, mas também pode afetar os mais jovens por conta da sua idade. Para os mais idosos questões como a dificuldade de inserção e permanência em empregos formais, a preferência por profissionais mais jovens, mesmo quando não têm a mesma experiência e o preconceito na seleção e promoções, como se a idade fosse sinônimo de baixa produtividade tem ocorrido bastante no Brasil.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) garante direitos fundamentais para a população idosa no Brasil. Nesse sentido, qual alternativa está correta?

- a) O etarismo é a valorização da pessoa idosa, garantindo-lhe prioridade em todos os espaços sociais e trabalhistas.

- b) O Estatuto do Idoso assegura o direito ao transporte público gratuito apenas para idosos acima de 80 anos.
- c) O etarismo refere-se a práticas de discriminação, exclusão ou preconceito baseadas na idade, afetando principalmente os mais velhos.
- d) O Estatuto do Idoso prevê que a família não tem responsabilidade pelo cuidado com o idoso, que deve ser assumido apenas pelo Estado.
- e) O etarismo é uma forma de incentivo a políticas públicas voltadas exclusivamente para a juventude.

3) C - O etarismo é preconceito por idade. Pode ser para pessoas mais velhas e pessoas mais jovens, porém, na maioria das vezes prejudica pessoas mais velhas, negando direitos, oportunidades e respeito que deveriam ter.

34 - Os povos indígenas do Brasil enfrentam um substancial aumento da grilagem, do roubo de madeira, do garimpo, das invasões e até mesmo da implantação de loteamentos em seus territórios tradicionais, explicitando que a disputa crescente por estas áreas atinge um nível preocupante, já que coloca em risco a própria sobrevivência de diversas comunidades indígenas no Brasil. Apesar de todas essas questões, as comunidades indígenas e tradicionais possuem direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, a famosa Constituição Cidadã.. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição de 1988 reconhece a posse das terras indígenas apenas para fins de exploração econômica agrícola pelo Estado.
- b) Os povos indígenas devem se adaptar à cultura dominante nacional, não havendo proteção legal às suas línguas e tradições.
- c) A Constituição garante aos povos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, além da preservação de suas culturas, línguas e formas de organização social.

d) Os direitos das comunidades tradicionais só podem ser exercidos se não houver conflito com interesses privados de grandes empresas.

e) A proteção aos povos indígenas é limitada a ações assistenciais de saúde e educação, não abrangendo aspectos culturais.

4) C - A Constituição garante que os povos indígenas possam viver em suas terras tradicionais e preservar sua cultura, língua e modo de vida, protegendo sua existência física e cultural.

35 - O Brasil é um país que respira cultura, um verdadeiro mosaico de tradições e costumes que se misturam e se complementam. Essa riqueza toda não surgiu do nada. Ela é resultado de um longo processo histórico, onde povos de origens muito diferentes deixaram suas marcas, criando a identidade única que temos hoje. A diversidade cultural brasileira é marcada pela riqueza de manifestações regionais. Nesse contexto, qual alternativa está correta?

a) As culturas regionais no Brasil foram praticamente uniformizadas após a colonização portuguesa, sem influências indígenas ou africanas.

b) O frevo, manifestação cultural reconhecida como patrimônio imaterial, tem origem na região Sudeste do Brasil.

c) As culturas regionais brasileiras resultam de múltiplas influências – indígenas, africanas, europeias – e se manifestam em diferentes expressões, como música, dança, culinária e festas populares.

d) A cultura regional brasileira é estática e não sofre transformações ao longo do tempo.

e) As manifestações culturais regionais brasileiras não possuem relevância para a construção da identidade nacional.

5) C - As culturas regionais do Brasil são uma grande mistura de influências de diferentes povos, e essa diversidade

aparece em tudo que se faz, come e celebra em cada região.

36 - A acessibilidade urbana é a capacidade de pessoas com necessidades especiais, incluindo deficientes físicos, de acessar e usar a infraestrutura, edifícios e transporte da cidade de maneira segura e eficiente. Entretanto, tanto o transporte público quanto a infraestrutura urbana nas cidades são outros desafios que merecem ser discutidos quando o assunto é mobilidade e acessibilidade. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece normas para a acessibilidade urbana. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

a) A acessibilidade é uma escolha facultativa dos municípios, que decidem se adaptam ou não seus espaços públicos.

b) Rampas, pisos táteis e sinalização acessível são recursos considerados excessivos, pois a responsabilidade pela locomoção é exclusivamente da pessoa com deficiência.

c) A falta de acessibilidade não configura violação de direitos, apenas um problema de infraestrutura urbana.

d) A acessibilidade urbana é um direito assegurado, devendo o poder público e a iniciativa privada garantir condições adequadas de circulação para pessoas com deficiência.

e) O direito à acessibilidade é válido somente para prédios públicos, não se estendendo a transportes coletivos ou estabelecimentos privados.

6) D - As cidades e estabelecimentos devem ser planejados e adaptados para que pessoas com deficiência possam se movimentar livremente e com segurança, e isso é um direito garantido por lei.

37 - A presença de diversidade nos cargos de liderança em ambientes profissionais que proporcionam altos cargos e altos salários é um tema relevante para a equidade social. Sobre isso, é correto afirmar que:

- a) A diversidade em cargos executivos prejudica a competitividade das organizações, pois reduz a homogeneidade das decisões.
- b) A representatividade em altos cargos deve ser garantida apenas por critérios técnicos, ignorando desigualdades estruturais.
- c) A baixa presença de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ em cargos de liderança não interfere na democracia organizacional.
- d) A diversidade nos altos cargos executivos contribui para inovação, justiça social e combate às desigualdades históricas, fortalecendo ambientes mais inclusivos.
- e) A representatividade em cargos de liderança não é tema de políticas públicas ou de responsabilidade social empresarial.

7) D - Ter diversidade em cargos de liderança traz ideias novas, ajuda a reduzir desigualdades e cria ambientes mais justos e acolhedores. Ambientes inclusivos são aqueles onde todas as pessoas se sentem respeitadas, valorizadas e com chances reais de participação.

38 - Mais de 24 milhões de crianças e adolescentes têm acesso à internet no Brasil e 77% deles assistem a vídeos online, segundo dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil. O cyber bullying - as ofensas e intimidações postadas nas redes sociais - está em primeiro lugar entre as denúncias recebidas pela ONG Safernet no ano passado. Comentários e postagens que demonstrem racismo, homofobia, intolerância religiosa e xenofobia são os mais comuns nesse tipo de bullying. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) assegura proteção integral a esse público. Considerando os riscos contemporâneos, especialmente no ambiente digital, assinale a alternativa correta:

- a) O dever de proteção às crianças e adolescentes cabe apenas à família, não ao Estado nem à sociedade.

- b) O ambiente on-line não precisa de regulamentações específicas, pois os mesmos riscos do mundo físico não se repetem no digital.
- c) A proteção deve limitar-se ao mundo off-line, já que o espaço digital é de livre escolha dos jovens.
- d) Crianças e adolescentes devem ser protegidos integralmente contra exploração, abuso e violações de direitos, tanto no mundo off-line quanto no on-line, com a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado.
- e) A responsabilidade de proteger crianças e adolescentes on-line é exclusiva das empresas de tecnologia.

8) D - Todos têm o dever de proteger crianças e adolescentes de qualquer forma de perigo ou abuso, na vida real e na internet, garantindo que possam crescer com segurança, saúde e dignidade. Crianças e adolescentes devem ser protegidos integralmente” Isso significa que eles têm direitos completos, que não podem ser negligenciados. A proteção deve ser abrangente, cobrindo todas as situações em que possam ser prejudicados.

39 - Ser cidadão no Brasil envolve direitos e deveres garantidos pela Constituição de 1988. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) Ser cidadão significa apenas usufruir de benefícios sociais, sem necessidade de cumprir deveres como votar ou respeitar as leis.
- b) A cidadania no Brasil é limitada ao direito ao voto, não se relacionando a outras dimensões da vida social.
- c) A cidadania plena só pode ser exercida por quem ocupa cargos políticos ou funções de governo.
- d) Ser cidadão no Brasil significa exercer direitos civis, políticos e sociais, como liberdade, igualdade, saúde, educação, além de cumprir deveres previstos em lei.
- e) A cidadania é um conceito apenas simbólico, sem efeitos práticos na vida da população.

9) D - Ser cidadão no Brasil significa exercer direitos civis, políticos e sociais. Ser cidadão no Brasil não é só ter direitos, mas também cumprir deveres, participando da sociedade de forma ativa, justa e responsável.

40 - A representatividade política no Brasil ainda apresenta grandes desafios, especialmente no que se refere à diversidade étnica e social. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- a) O sistema político brasileiro já garante plena representatividade das minorias, sendo desnecessárias políticas de incentivo à participação.
- b) A ausência de diversidade na política não impacta na formulação de políticas públicas para diferentes grupos sociais.
- c) A falta de representatividade étnica e de minorias na política reflete desigualdades históricas e estruturais, influenciando a construção de políticas que não contemplam adequadamente esses grupos.
- d) As políticas públicas brasileiras independem da diversidade de representantes, pois atendem de forma igualitária todos os cidadãos.
- e) A sub-representação de minorias na política é uma escolha pessoal desses grupos, que optam por não participar dos espaços de poder.

10) C - Grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outras minorias, têm pouca presença em cargos políticos e espaços de decisão. Essa ausência não acontece por acaso, mas é consequência de histórias de exclusão, preconceito e barreiras sociais que dificultam a participação desses grupos na política. A falta de diversidade na política faz com que as necessidades de grupos marginalizados não sejam consideradas, perpetuando desigualdades históricas e sociais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

41 - Princípios e regramentos da administração pública federal

Caso:

Um ministério decide substituir um processo seletivo para bolsistas por indicações diretas de assessores, alegando “urgência” para não interromper um programa. A portaria que formaliza a mudança é sigilosa “por interesse do serviço”. Paralelamente, o ministério apaga do portal os relatórios de monitoramento do programa, afirmando tratar-se de “documentos preparatórios”. Uma servidora questiona a decisão, citando princípios constitucionais, a Lei 9.784/1999 (processo administrativo), a LAI (Lei 12.527/2011) e o dever de motivação. Pergunta: À luz dos princípios e regramentos aplicáveis, a solução mais adequada e juridicamente correta é:

- a) Manter as indicações diretas por urgência, pois a eficiência pode justificar mitigação da impessoalidade em situações excepcionais.
- b) Restabelecer o processo seletivo impessoal, publicar a motivação explícita e classificar restritivamente apenas aquilo que se enquadrar nas hipóteses legais de sigilo.
- c) Manter sigilosos todos os relatórios por serem “preparatórios”, até o encerramento do programa, à luz da LAI.
- d) Convalidar os atos praticados por autotutela, mantendo a forma excepcional adotada enquanto durar a urgência.
- e) Substituir a portaria por uma ordem de serviço interna, dispensando motivação por envolver discricionariedade técnica.

Gabarito: B

Comentários:

A (errada): eficiência não prevalece sobre impessoalidade/isonomia; princípios são harmônicos, não há “cheque em branco” para excepcionar impessoalidade.

B (correta): impessoalidade/isonomia (art. 37, caput, CF), publicidade e motivação (CF/88; Lei 9.784/99, arts. 2º e 50); LAI exige máxima divulgação, sigilo só nas hipóteses legais (arts. 3º, 7º, 23–31).

C (errada): “documento preparatório” não significa sigilo automático; a LAI permite acesso mesmo a preparatórios, salvo hipóteses legais específicas.

D (errada): autotutela (Súm. 473/STF) não convalida vícios insanáveis de violação a princípios basilares.

E (errada): discricionariedade exige motivação; forma não suprime dever de motivar (Lei 9.784/99, art. 50).

Atenção ao enunciado: identificar conflito entre princípios, mau uso de “urgência”, sigilo indevido e supressão de motivação/publicidade.

Miniquadro — Memorização (Tópico 1): Princípios: LIMPE + motivação, segurança jurídica, razoabilidade.

Regramentos: CF/88 art. 37; Lei 9.784/99; LAI 12.527/11.

Regra da LAI: transparência é a regra; sigilo é exceção legal motivada.

42 - Estrutura e reformas no serviço público (direta/indireta, agências, OS/OSCIP)

Caso:

Uma autarquia federal pretende firmar contrato de gestão com uma OS para gerir um hospital universitário. O ministério supervisor determina “subordinação hierárquica” da OS à autarquia e exige que a OS siga o mesmo regime jurídico dos servidores estatutários quanto a provimento e estabilidade. Um sindicato questiona a natureza do vínculo e a governança proposta.

Pergunta: Em conformidade com o regime organizacional e as reformas gerenciais, é correto afirmar que:

a) A OS, por integrar a administração direta, deve obedecer integralmente ao RJU (Lei 8.112/90).

b) A OS integra a administração indireta e, por isso, tem subordinação hierárquica à autarquia.

c) A OS é entidade do terceiro setor, não integra a administração pública;

não há subordinação, mas vinculação por contrato de gestão e controle de resultados.

d) A OS é empresa estatal dependente, devendo submeter-se ao estatuto das estatais (Lei 13.303/16).

e) A OS é fundação pública, logo sujeita ao teto remuneratório e ao concurso público.

Gabarito: C

Comentários:

A (errada): OS não integra a administração direta nem se submete ao RJU.

B (errada): não há subordinação hierárquica; há vinculação por metas (contrato de gestão).

C (correta): modelo gerencial (Bresser): OS = privado sem fins lucrativos, parceria via contrato de gestão, controle por resultados e accountability.

D (errada): OS não é empresa estatal; Lei 13.303/16 inaplicável.

E (errada): OS não é fundação pública; não há obrigatoriedade de concurso para seus empregados.

Atenção ao enunciado: distinguir vinculação x subordinação e natureza jurídica das OS (terceiro setor).

Miniquadro — Memorização (Tópico 2): Direta vs. Indireta: subordinação x vinculação.

OS/OSCIP: parceria por resultados, não RJU.

Agências: autonomia decisória, contratos de gestão.

43 - Sistemas fundamentais: finanças, tributação e orçamento (PPA/LDO/LOA; LRF; Lei 4.320)

Caso:

O Ministério X propõe na LOA um novo programa plurianual de investimento não previsto no PPA vigente. A LDO trouxe meta de resultado primário e vedações a renúncias fiscais sem compensação. Paralelamente, o ministério anuncia remissão tributária setorial via decreto, sem estimativa do impacto e sem medidas compensatórias.

Pergunta: Para compatibilizar planejamento, orçamento e

responsabilidade fiscal, a conduta correta seria:

- a) Manter o programa na LOA mesmo sem previsão no PPA, pois a LOA tem hierarquia superior.
- b) Editar decreto de remissão tributária com base na discricionariedade, estimando impacto depois.
- c) Revisar/alterar o PPA ou incluir ação compatível, observando LDO, e só conceder renúncia tributária com estimativa e compensação (LRF art. 14).
- d) Suprimir a meta de resultado primário da LDO em razão do novo programa.
- e) Considerar a remissão como “despesa por tributo” e dispensar compensação.

Gabarito: C

Comentários:

A (errada): PPA orienta a LOA; LOA não “sobrepõe” PPA/LDO.

B (errada): LRF art. 14 exige estimativa de impacto e compensação prévias.

C (correta): harmonia PPA–LDO–LOA; renúncia fiscal só com estimativa/compensação.

D (errada): metas fiscais são núcleo da LDO; não se suprimem por conveniência.

E (errada): “gasto tributário” exige tratamento transparente e compensação quando há renúncia.

Atenção ao enunciado: coerência PPA–LDO–LOA e requisitos do art. 14 da LRF para renúncias.

Miniquadro — Memorização (Tópico 3):

Hierarquia funcional: PPA → LDO → LOA.

Renúncia fiscal: estimativa + compensação.

Lei 4.320/64: classificação e regras gerais.

44 - Planejamento e gestão estratégica (BSC/OKR/indicadores)

Caso:

Uma autarquia elabora plano estratégico com missão, visão e mapa estratégico BSC. Porém, as metas são: “melhorar a satisfação”, “reduzir custos” e “aumentar impacto social”, sem

prazos, sem baseline e sem vínculo com os programas do PPA. A controladoria interna cobra integração com a LDO/LOA e indicadores SMART.

Pergunta: A alternativa mais alinhada às boas práticas é:

- a) Manter metas abertas para maior flexibilidade.
- b) Converter os objetivos em metas SMART/OKRs, com baseline, prazos, responsáveis e vínculo direto a programas/ações orçamentárias.
- c) Separar totalmente o planejamento estratégico do orçamento para evitar engessamento.
- d) Focar apenas em indicadores de eficiência, pois são mensuráveis.
- e) Publicar o plano sem métricas e ajustar no meio do ciclo.

Gabarito: B

Comentários:

A (errada): metas vagas inviabilizam controle/avaliação.

B (correta): BSC/OKR integrados a PPA–LDO–LOA, metas SMART com baseline e responsáveis.

C (errada): integrar estratégia–orçamento é essencial.

D (errada): olhar equilibrado (eficiência, eficácia, efetividade).

E (errada): publicar sem métrica compromete accountability.

Atenção ao enunciado: pedir SMART/OKR, baseline, vínculo orçamentário e responsabilização.

Miniquadro — Memorização (Tópico 4):

BSC: perspectivas e mapa estratégico.

OKR: objetivos + resultados-chave mensuráveis.

Integração: estratégia ↔ PPA/LDO/LOA.

45 - Gestão de pessoas e desempenho
Caso:

Para acelerar entregas, um órgão impõe metas individuais sem considerar a disponibilidade de sistemas e treinamento. Avalia desempenho em 3 meses, sem critérios claros, e altera o estágio probatório para 18 meses por portaria. Há suspeita de nepotismo em nomeações de cargos em comissão.

Pergunta: A alternativa compatível com o regime jurídico e boas práticas é:

- a) Manter avaliação em 3 meses por discricionariedade gerencial.
- b) Reduzir estágio probatório por ato infralegal para dar agilidade.
- c) Definir critérios objetivos de desempenho, respeitar prazos/forma legais (probatório 36 meses – art. 41 CF), capacitar e vedar nepotismo (SV 13/STF).
- d) Substituir avaliação por feedback informal entre pares.
- e) Vincular bônus exclusivamente a metas quantitativas.

Gabarito: C

Comentários:

A (errada): avaliação exige critérios e periodização legais.

B (errada): estágio probatório é constitucional (36 meses).

C (correta): critérios objetivos, capacitação, ética (SV 13), conformidade legal.

D (errada): feedback não substitui avaliação formal.

E (errada): métricas exclusivamente quantitativas distorcem incentivos.

Atenção ao enunciado: estágio probatório 36 meses, nepotismo (SV 13), critérios objetivos + capacitação.

Miniquadro — Memorização (Tópico 5):

Probatório: 36 meses.

Avaliação: critérios objetivos + capacitação.

Ética: SV 13 (nepotismo).

46 - Gestão de projetos e processos (PMBOK, BPM, PDCA/Lean)

Caso:

Um projeto interministerial atrasa por mudança constante de escopo, ausência de EAP, riscos não registrados e processos “ad hoc” diferentes em cada unidade. A SEPROJ exige padronização de processos e governança de riscos, com lições aprendidas.

Pergunta: A ação mais adequada é:

- a) Flexibilizar ainda mais o escopo para atender demandas emergentes.

- b) Formalizar EAP/WBS, plano de gerenciamento de escopo, cronograma, riscos (registro e respostas), e padronizar processos (BPMN), com ciclo PDCA e lições aprendidas.
- c) Focar apenas na compressão de cronograma (crashing/fast-track).
- d) Centralizar todas as decisões no patrocinador para ganhar velocidade.
- e) Eliminar registros de risco para reduzir burocracia.

Gabarito: B

Comentários:

A (errada): mudança sem controle = scope creep.

B (correta): PMBOK (EAP, escopo, cronograma, riscos), BPMN para processos, PDCA e lessons learned.

C (errada): técnica útil, mas não resolve governança.

D (errada): centralização excessiva reduz aprendizado e controle.

E (errada): riscos devem ser registrados e monitorados.

Atenção ao enunciado: ausência de EAP, risks register, padronização de processos e PDCA.

Miniquadro — Memorização (Tópico 6):

Projeto: EAP, escopo, cronograma, riscos.

Processo: BPMN, padronização, PDCA.

Aprendizado: lessons learned.

47 - Monitoramento e avaliação de políticas públicas (evidência, indicadores, auditoria operacional)

Caso:

Um programa social apresenta boa execução financeira, mas dúvidas sobre impacto. O órgão reporta “eficácia” por cumprir metas físicas, sem contrafactual. O TCU inicia auditoria operacional e cobra avaliação de impacto e teoria da mudança.

Pergunta: Para qualificar M&A, a medida correta é:

- a) Manter foco em execução orçamentária, pois impacto é inferência subjetiva.
- b) Declarar efetividade com base em satisfação dos beneficiários.
- c) Modelar teoria da mudança, definir indicadores de resultado/impacto, e,

quando factível, usar métodos quasi-experimentais/experimentais (contrafactual) + auditoria operacional de desempenho.

d) Calcular eficiência e assumir causalidade.

e) Publicar dashboard sem metodologia.

Gabarito: C

Comentários:

A (errada): execução ≠ resultado/impacto.

B (errada): satisfação não prova impacto causal.

C (correta): ToC, indicadores de resultado/impacto, contrafactual (RCT/quasi), auditoria de desempenho.

D (errada): eficiência ≠ causalidade.

E (errada): transparência sem método é vitrine.

Atenção ao enunciado: distinguir eficácia x efetividade, pedir contrafactual e teoria da mudança.

Miniquadro — Memorização (Tópico 7):

Indicadores: eficiência, eficácia, efetividade.

Métodos: RCT/quasi, ToC, auditoria operacional (ISSAI).

48 - Administração baseada em evidência (dados, LGPD, nudges)

Caso:

Para reduzir evasão escolar, o MEC quer testar mensagens comportamentais via SMS para responsáveis, usando dados pessoais de estudantes. A área técnica propõe experimento randomizado, registro prévio do protocolo e abertura dos dados. A jurídica alerta para LGPD e bases legais de tratamento.

Pergunta: A solução correta concilia evidências e proteção de dados ao:

a) Coletar e usar todos os dados disponíveis, pois a finalidade é pública.

b) Dividir o banco por estados e dispensar anonimização.

c) Definir base legal (execução de políticas públicas/LPD art. 7º, III), minimização de dados, anonimização nos dados abertos, consentimento quando necessário, avaliação de

impacto (DPIA) e registro público do protocolo do experimento.

d) Exigir consentimento individual para todo tratamento público.

e) Publicar dados identificáveis para replicabilidade.

Gabarito: C

Comentários:

A (errada): finalidade pública não autoriza uso irrestrito.

B (errada): particionar não dispensa anonimização.

C (correta): base legal adequada + minimização + anonimização + DPIA + transparência científica.

D (errada): consentimento não é a única base legal no setor público.

E (errada): replicabilidade sem identificar pessoas.

Atenção ao enunciado: LGPD: base legal correta, minimização, anonimização, DPIA.

Miniquadro — Memorização (Tópico 8):

Evidências: protocolos, pré-registro, replicabilidade.

LGPD: base legal, minimização, anonimização.

Dados abertos ≠ dados pessoais identificáveis.

49 - Licitações e contratos administrativos (Lei 14.133/2021)

Caso:

Um órgão pretende contratar manutenção predial por 3 anos com matriz de riscos e remuneração por desempenho. O termo de referência prevê pré-qualificação, critério técnica e preço e fase recursal concentrada. A área demandante quer inexigibilidade por “serviços singulares” e “notória especialização”, sem comprovação.

Pergunta: Em conformidade com a Lei 14.133/2021, a decisão correta é:

a) Adotar inexigibilidade, pois manutenção predial é sempre singular.

b) Usar convite, dada a baixa complexidade.

c) Manter licitação com termo de referência robusto, matriz de riscos, pré-qualificação quando pertinente, critério técnica e preço, e recursal

concentrada; inexigibilidade só com hipóteses estritas e justificadas.

d) Excluir matriz de riscos por ser faculdade só de obras.

e) Proibir remuneração por desempenho.

Gabarito: C

Comentários:

A (errada): “singularidade/notória especialização” não se presume; inexigibilidade é exceção.

B (errada): modalidades antigas foram revogadas; observar modalidades e critérios da 14.133.

C (correta): aderente à 14.133: planejamento, TR, matriz de riscos, pré-qualificação, técnica e preço, fase recursal concentrada.

D (errada): matriz de riscos não se limita a obras.

E (errada): remuneração por desempenho é admissível.

Atenção ao enunciado: identificar excepcionalidade da inexigibilidade, e instrumentos da 14.133 (planejamento, riscos, desempenho).

Miniquadro — Memorização (Tópico 9): 14.133: planejamento forte, matriz de riscos, governança, critérios de julgamento.

Contratação direta: hipóteses estritas e justificadas.

50 - Suprimentos, fundos e contabilidade pública (PCASP/MCASP, SIAFI, suprimento de fundos)

Caso:

Uma unidade quer pagar despesas miúdas e eventuais com suprimento de fundos utilizando cartão de pagamento do governo federal (CPGF). Houve: (i) empenho após a compra, (ii) classificação de passagens como material de consumo, (iii) inscrição de obrigação não paga em restos a pagar sem empenho, e (iv) ausência de conciliação no SIAFI.

Pergunta: A conduta que corrige os erros contábeis e procedimentais é:

a) Manter o pagamento e ajustar a classificação no fim do exercício.

b) Empenhar previamente, observar a natureza da despesa (passagens ≠

consumo), vedar restos a pagar sem empenho, prestar contas do suprimento, conciliar no SIAFI conforme PCASP/MCASP.

c) Transformar tudo em adiantamento permanente para facilitar.

d) Inscrever como restos a pagar a liquidar sem registro prévio.

e) Lançar no patrimônio líquido para não afetar a execução.

Gabarito: B

Comentários:

A (errada): fere a sequência da despesa e a fidedignidade.

B (correta): empenho prévio, classificação correta por natureza, RAP exige empenho, prestação de contas e conciliação SIAFI (PCASP/MCASP).

C (errada): adiantamento tem hipóteses restritas; não “permanente”.

D (errada): RAP sem empenho é irregular.

E (errada): não se “resolve” erro orçamentário no patrimônio líquido.

Atenção ao enunciado: ordem da despesa

(empenho→liquidação→pagamento), classificação por natureza, RAP com empenho, prestação e conciliação.

Miniquadro — Memorização (Tópico 10):

Despesa: empenho – liquidação – pagamento.

Suprimento de fundos: hipóteses restritas + prestação de contas.

Contabilidade: PCASP/MCASP, SIAFI, RAP exige empenho.

TRABALHO E TECNOLOGIA

51 - O Projeto de Lei nº 4044/2020 propõe diversas alterações no texto da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, por exemplo: “Art. 72-A Durante os períodos de descanso de que trata esta Seção, o empregador não poderá acionar o empregado por meio de serviços de telefonia, mensageria, aplicações de internet ou qualquer outra ferramenta telemática, exceto em caso de necessidade imperiosa para fazer face a motivo de força maior ou caso fortuito, atender à realização de serviços

inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, hipótese em que serão aplicadas as disposições relativas à hora extraordinária.”

A finalidade do texto proposto é garantir:

- a) a possibilidade do empregador entrar em contato com seu empregado em caso de situações urgentes.
- b) que a legislação expresse o que já acontece nos tempos atuais, considerando que os empregadores raramente acionam seus funcionários fora do horário de expediente.
- c) aos trabalhadores que possam se desconectar das preocupações do trabalho durante os períodos de descanso.
- d) redução dos custos empresariais com mensagens por aplicativo.
- e) regulamentação das horas extras para atividades fora do horário usual de trabalho.

Gabarito comentado:

a) a legislação atual não impede ao empregador que contate seu funcionário em situações urgentes. Alternativa incorreta.

b) atualmente o desafio é exatamente o contrário, ou seja, cada vez mais os trabalhadores são acionados durante o período de descanso. Alternativa incorreta.

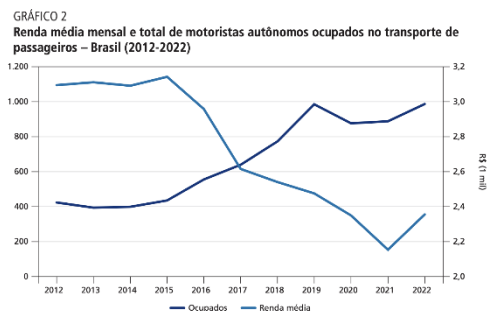
c) proposição adequada na medida em que o texto do projeto de lei visa proteger o que tem sido denominado como direito à desconexão, possibilitando aos trabalhadores o efetivo descanso sem que recebam mensagens relativas ao trabalho durante o período de inatividade. Alternativa correta.

d) o texto do projeto de lei não expressa essa preocupação. Alternativa incorreta.

e) o tema já se encontra regulamentado na legislação atual nas figuras da hora extra (quanto há trabalho fora do horário regular) e nas horas de sobreaviso e prontidão (quando o empregado aguarda a possibilidade de ser chamado ao serviço). Alternativa incorreta.

52 - “O advento dos aplicativos de transporte de passageiros tornou o custo de entrada nessa atividade virtualmente inexistente a qualquer um que possuísse um automóvel (próprio ou alugado), fato que, aliado ao momento de crise econômica atravessada pelo país após 2015, que impactou fortemente o mercado de trabalho, ensejou a rápida expansão do total de ocupados no transporte de passageiros. Conseqüentemente, tamanha elevação da oferta desse serviço resultou na queda da renda auferida pelos motoristas autônomos de todas as modalidades de transporte de passageiros. O gráfico 2 mostra o total de motoristas autônomos ocupados no transporte de passageiros e a renda média habitual mensal entre 2012 e 2022.” CARVALHO, Sandro Sacchet de; NOGUEIRA, Mauro Oddo.

Plataformização e precarização do trabalho de motoristas e entregadores no Brasil. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. Brasília, v. 30, n. 77, p. 173-196, abr. 2024. Adaptado.



O texto e o gráfico apontam a ampliação do número de motoristas autônomos no transporte de passageiros em um mercado que antes era composto por taxistas e agora conta com forte presença dos motoristas por aplicativo. Nesse contexto, qual alternativa indica uma consequência decorrente desse cenário?

- a) ampliação da renda de cada trabalhador.
- b) diminuição das horas trabalhadas.
- c) encarecimento dos custos para ingressar nessa modalidade de trabalho.

- d) aumento da jornada de trabalho.
- e) expansão da formalidade.

Gabarito comentado:

- a) Alternativa incorreta na medida em que o gráfico aponta uma queda da renda dos trabalhadores desse setor, caindo de R\$ 3.100,00, aproximadamente, para quase R\$ 2.400,00.
- b) Alternativa incorreta, sobretudo porque a diminuição da renda tende a elastecer as horas trabalhadas.
- c) Alternativa incorreta considerando que os custos para ingressar nessa atividade são “virtualmente inexistentes” para quem possui um carro.
- d) Alternativa correta, pois a redução da renda pressiona os motoristas a trabalharem por mais tempo para garantir os padrões remuneratórios anteriores.
- e) Alternativa incorreta porque os motoristas de aplicativo não são empregados e a ampla maioria não contribui para a previdência social.

53 - “Fonseca relata ter observado o ‘reconhecimento social’ que o carro dá. ‘É como se você atingisse um novo patamar, ao deixar de ser um trabalhador de uma loja para ser alguém agora que é pretensamente autônomo e tem um automóvel.’ (...)

Outro fator que Fonseca lista como atrativo é a larga possibilidade de fazer ‘hora extra’.

‘Há relatos de quem trabalha 20 horas’, diz ele, em referência a motoristas que dirigem por mais de uma plataforma, já que há um tempo limite na direção.

Aí você pensa: ‘que loucura, não faz sentido’. Faz todo sentido quando você está endividado e tem boleto para pagar. Esses momentos são dramáticos para eles, quando precisam trabalhar 15 horas, 18 horas por dia. O fim do mês vai chegando e então eles enxergam isso como uma grande vantagem.”

O texto anterior é uma adaptação de uma entrevista conduzida pela BBC News Brasil com um Procurador do Trabalho que passou 4 meses

trabalhando como motorista de aplicativo, visando compreender o cotidiano desses profissionais.

Existe um debate sobre os aspectos positivos e negativos dessa nova forma de trabalho. Aponte a alternativa incorreta em relação ao ponto de vista dos motoristas que defendem essa atividade.

- a) possibilidade de empreender.
- b) maior flexibilidade.
- c) ser seu próprio chefe.
- d) fazer o próprio horário de trabalho.
- e) contar com a proteção de direitos trabalhistas.

Gabarito comentado:

- a) muitos motoristas de aplicativo consideram positivo poder gerenciar seu tempo e recursos para auferir renda no trabalho plataformizado. Alternativa incorreta.
- b) um aspecto positivo na visão de muitos motoristas está na possibilidade de definir os dias em que ficará ativo. Alternativa incorreta.
- c) por não serem subordinados diretamente a qualquer pessoa, diversos motoristas se consideram seus próprios chefes. Alternativa incorreta.
- d) os motoristas podem definir os horários em que permanecerão com o aplicativo aberto. Alternativa incorreta.
- e) o trabalho uberizado é considerado como uma alternativa ao trabalho formal e não conta com a proteção dos direitos trabalhistas. Alternativa correta.

54 - Figura 01



Figura 02



Considere as duas figuras apresentadas acima. Na figura 01, temos a personagem do Dino, do programa Família Dinossauro, ao passo que na figura 02, temos a personagem Julius, do programa Todo Mundo Odeia o Cris. As duas personagens têm uma marca relacionada ao mundo do trabalho. Dino, sempre que chegava do trabalho dizia: “Querida, cheguei”. Por sua vez, Julius era caracterizado como uma pessoa que tinha dois empregos para conseguir atender as necessidades da família.

Em linhas gerais, Dino representa um empregado de um período em que a forma de organização do trabalho permitia que apenas um dos adultos em uma família trabalhasse em atividade remunerada e, com isso, custeasse as necessidades da casa. O mesmo já não acontece com Julius.

O período em que os trabalhadores tinham melhores remunerações e jornadas regulares, quando, em regra, apenas um dos adultos poderia arcar com os gastos da família está associado ao Estado de Bem-Estar Social e é denominado como:

- a) Taylorismo
- b) Fordismo
- c) Toyotismo
- d) Empreendedorismo
- e) Plataformização

Gabarito comentado:

a) O Taylorismo é uma forma de organização do trabalho preocupada com o gerenciamento científico do tempo de trabalho, visando maximizar o

lucro dos empregadores. Alternativa incorreta.

b) O Fordismo é uma forma de organização do trabalho marcada pela introdução da linha de montagem, trazendo significativo ganho de eficiência. Ao lado disso, o Fordismo também se destacou por estabelecer uma jornada de trabalho de oito horas e trazer ganhos aos trabalhadores. Alternativa correta.

c) O Toyotismo é uma forma de organização do trabalho caracterizada pela harmonização entre a produção e a demanda, o que ficou conhecido como produção “just-in-time”. O Toyotismo se consolida a partir dos anos de 1970, quando o Estado de Bem-Estar Social entra em declínio. Alternativa incorreta.

d) O empreendedorismo não é uma forma de organização de trabalho. Alternativa incorreta.

e) A plataformização é uma nova forma de organização do trabalho, caracterizando-se pela prestação de serviço por intermédio de aplicativos decorrente da evolução da tecnologia da informação e da comunicação. Em essência, essa nova forma afasta os trabalhadores do enquadramento como empregados. Alternativa incorreta.

55 - “Uma empresa de telemarketing foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 30 mil, a um trabalhador que sofreu acidente de trabalho durante atuação em regime de home office. De acordo com os autos, a empresa teria agido com negligência ao não ter fornecido os equipamentos adequados para a atividade desenvolvida. A decisão foi da juíza Mirella D’arc de Melo Cahú, da 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região).

Também consta nos autos que o trabalhador, no início da jornada de trabalho, fraturou um osso da mão direita após a cadeira doméstica em que trabalhava quebrar. Em decorrência disso, ele ficou afastado das atividades laborais por cerca de 45 dias. Conforme o laudo pericial apresentado, a empresa não teria comprovado a avaliação do

mobiliário usado pelo trabalhador para garantir a correta ergonomia.

Na sentença, a magistrada argumentou que o empregador, ao autorizar o trabalho em home office, assume a responsabilidade de zelar pela segurança e saúde dos empregados, o que inclui a garantia de um ambiente de trabalho ergonômico, mesmo que fora das dependências físicas da empresa.” (Portal de notícias do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região).

Considerando a legislação brasileira, aponte o que caracteriza a atividade em teletrabalho:

- a) trabalhar em casa.
- b) exercer atividade externa.
- c) prestar serviço fora das dependências do empregador com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação.
- d) utilização de celulares e notebooks fornecidos pelo empregador.
- e) trabalhar fora do território nacional

Gabarito comentado:

a) Alternativa incorreta. O teletrabalho ou trabalho remoto pode ser realizado em casa ou em outro local, bastando que não seja nas dependências do empregador.

b) Alternativa incorreta. O trabalho externo não se confunde com o teletrabalho, pois embora ambos sejam realizados fora do estabelecimento a diferença repousa no fato de que o trabalho remoto (teletrabalho) é aquela que pode ser realizado fora das dependências do empregador em razão das novas tecnologias da informação e comunicação.

c) Alternativa correta. O teletrabalho é aquela atividade cuja execução passou a ser possível a realização fora do estabelecimento pela utilização das novas tecnologias TIC.

d) Alternativa incorreta. A utilização de celulares e notebooks, por si só, não configura teletrabalho.

e) Alternativa incorreta. O trabalho fora do território nacional pode ser presencial ou remoto, a depender da existência de estabelecimentos fora do

país e da forma de gerenciamento da presença dos funcionários.

56 - A transformação digital tem modificado intensamente as relações de trabalho no setor público. Nesse contexto, um dos principais efeitos observados é:

- a) o fortalecimento exclusivo de postos de trabalho de baixa qualificação, uma vez que as funções técnicas tendem a ser integralmente substituídas pela automação.
- b) a redução da transparência e da accountability, pois os sistemas digitais dificultam a rastreabilidade das decisões administrativas.
- c) a ampliação do teletrabalho e da flexibilização de rotinas, impactando diretamente a gestão de pessoas e a cultura organizacional.
- d) a eliminação da necessidade de capacitação contínua, dado que as tecnologias assumem as funções analíticas antes realizadas por servidores.
- e) a substituição integral da gestão por competências pela lógica de processos totalmente automatizados.

Gabarito: C

Comentário:

A (Errada): O contrário ocorre. Postos de baixa qualificação tendem a ser mais afetados pela automação, não fortalecidos.

B (Errada): Sistemas digitais tendem a ampliar transparência e accountability (com ressalvas de riscos), e não reduzi-los.

C (Correta): Um dos maiores impactos da tecnologia no setor público foi a ampliação do teletrabalho (vide pandemia da COVID-19) e mudanças culturais significativas na gestão de pessoas.

D (Errada): A transformação digital aumenta a necessidade de capacitação contínua (reskilling e upskilling), não elimina.

E (Errada): A automação é complementar; gestão por competências segue essencial na administração pública.

57 - A inteligência artificial, quando aplicada à Administração Pública, pode aumentar a produtividade, mas também apresenta limitações. Um exemplo de limitação relevante é:

- a) a impossibilidade de utilização em atividades repetitivas de atendimento ao público.
- b) a total inviabilidade de uso em funções preditivas, como previsão de demanda em serviços públicos.
- c) a incapacidade de reduzir custos operacionais, uma vez que sua implementação é sempre mais onerosa do que o trabalho humano.
- d) a dependência de dados de qualidade, já que vieses e inconsistências podem comprometer decisões automatizadas.
- e) a ausência de aplicabilidade em políticas públicas, pois a IA só se destina ao setor privado.

Gabarito: D

Comentário:

A (Errada): Pelo contrário, a IA tem grande potencial em atividades repetitivas, como chatbots e triagens automáticas.

B (Errada): Funções preditivas são um dos pontos fortes da IA (ex.: análise de demanda hospitalar).

C (Errada): A médio prazo, a IA pode reduzir custos e otimizar processos, mesmo havendo investimento inicial.

D (Correta): A principal limitação é a dependência de dados de qualidade. Dados enviesados ou incompletos podem gerar discriminação ou decisões incorretas.

E (Errada): A IA é amplamente aplicável no setor público, incluindo segurança, saúde, educação e fiscalização.

58 - No setor público, a automação de processos por meio de tecnologias digitais tem como um de seus objetivos principais:

- a) padronizar tarefas administrativas, reduzir erros humanos e aumentar a eficiência no uso de recursos públicos.

b) eliminar por completo a necessidade de controle social, já que os sistemas garantem automaticamente a lisura.

c) substituir os gestores públicos por sistemas de decisão totalmente autônomos.

d) restringir o acesso a serviços digitais a apenas servidores de carreira, para preservar o sigilo administrativo.

e) diminuir a interoperabilidade entre órgãos, uma vez que cada sistema precisa ser isolado para maior segurança.

Gabarito: A

Comentário:

A (Correta): O núcleo da automação é reduzir erros, aumentar eficiência e padronizar processos (RPA – Robotic Process Automation é exemplo).

B (Errada): O controle social continua fundamental, mesmo em ambientes digitais.

C (Errada): Sistemas não substituem gestores, mas apoiam decisões.

D (Errada): Serviços digitais são voltados ao cidadão, não restritos a servidores.

E (Errada): A lógica é de interoperabilidade, não isolamento, como prevê a Estratégia de Governo Digital no Brasil.

59 - A evolução das relações de trabalho diante do uso de novas tecnologias trouxe a necessidade de adaptação normativa. Nesse contexto, no setor público brasileiro, destaca-se:

a) a adoção do conceito de “home office irrestrito”, em que todos os servidores migraram para o trabalho remoto.

b) a eliminação da legislação trabalhista referente a servidores públicos, já que a tecnologia substituiu regras de presença física.

c) a obrigatoriedade de uso de inteligência artificial em todos os órgãos públicos federais.

d) a descontinuidade da avaliação de metas, pois o teletrabalho impossibilita mensuração de produtividade.

e) a criação de regulamentações específicas para o teletrabalho,

prevendo direitos, deveres e formas de avaliação de desempenho.

Gabarito: E

Comentário:

A (Errada): Não houve adoção irrestrita; o teletrabalho é regulamentado, mas não universal.

B (Errada): A legislação trabalhista permanece; adapta-se, mas não é eliminada.

C (Errada): Não há obrigatoriedade legal de uso de IA em todos os órgãos.

D (Errada): O teletrabalho exige novas formas de mensuração de desempenho, mas não elimina o processo avaliativo.

E (Correta): O teletrabalho foi regulamentado com normas específicas (ex.: Decreto 11.072/2022 no Executivo Federal), ajustando avaliação e direitos.

D (Errada): Plataformas são desenvolvidas para aumentar a acessibilidade, não restringir.

E (Errada): A burocracia pode ser reduzida, mas não eliminada por completo.

60 - O uso de novas tecnologias no setor público pode gerar riscos que devem ser gerenciados. Entre os riscos mais críticos, pode-se citar:

- a) aumento da neutralidade absoluta nas decisões administrativas, já que algoritmos são sempre imparciais.
- b) maior suscetibilidade a vazamentos de dados e falhas de segurança cibernética.
- c) impossibilidade de escalabilidade dos serviços, pois sistemas digitais não suportam grandes volumes.
- d) redução do acesso digital pela população, uma vez que as plataformas públicas são proibidas de adotar interfaces amigáveis.
- e) eliminação da burocracia estatal em sua totalidade, tornando o Estado inteiramente digital.

Gabarito: B

Comentário:

A (Errada): Algoritmos não são neutros; podem reproduzir ou ampliar vieses.

B (Correta): Um dos maiores riscos é a segurança cibernética e proteção de dados, ainda mais com a LGPD em vigor.

C (Errada): Tecnologias digitais justamente favorecem escalabilidade.